

Relatório de
Gerenciamento de
Riscos e Capital
4º trimestre 2025



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Objetivo	7
1.2. Contexto Operacional.....	7
2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	9
2.1. Requerimentos Prudenciais (KM1).....	9
2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (OVA)	10
2.2.1. Apetite por Risco	11
2.2.2. Cultura de Riscos.....	12
2.2.3. Os testes de Estresse	12
2.2.4. Avaliação da Adequação de Capital.....	12
2.2.5. Suficiência de Capital.....	13
2.3. Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)	13
3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	14
3.1. Instrumentos que Compõe o Patrimônio de Referência – PR (CCA)	14
3.2. Composição do Patrimônio de Referência – PR (CC1)	14
3.3. Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial (CC2)....	17
3. RISCO DE LIQUIDEZ	17
3.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)	17
3.1.1 Estratégias de captação de recursos	18
3.1.2 Estratégias de mitigação do risco de liquidez.....	18
3.1.3 Testes de estresse de liquidez	18
4. RISCO DE CRÉDITO	19
4.1 Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito (CRA).....	19
4.1.1 Modelo de negócios e perfil de risco de crédito	19

4.1.2 Critérios para a política e limites internos de risco de crédito	20
4.1.3 Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.....	20
4.1.4 Relação com conformidade e auditoria interna.....	21
4.1.5 Relatórios gerenciais e governança	21
4.2 Qualidade Creditícia das Exposições (CR1)	22
4.3. Mudanças no estoque de ativos problemáticos (CR2)	22
4.4. Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições (CRB)	22
5. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	24
5.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização (SECA)	24
5. RISCO DE MERCADO.....	25
5.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado (MRA)	25
5.1.1 Gerenciamento do Risco de Mercado.....	25
5.1.2 Estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado.....	25
5.1.3 Estrutura responsável e governança	26
5.1.4 Carteiras sujeitas ao risco de mercado.....	26
5.1.5 Monitoramento, mensuração e controle do risco de mercado.....	27
5.1.6 Estratégias de proteção (hedge)	27
5.1.7 Sistemas de informação e suporte ao gerenciamento do risco	28
5.2. Fatores de Risco (MR1)	28
5.3 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB (IRRBBA)	28
5.3.1 Políticas e estratégias de gerenciamento e mitigação	29
5.3.2 Periodicidade de cálculo e métricas utilizadas.....	29
5.3.3 Cenários de choque e de estresse	30
5.3.4 Premissas relevantes e implicações direcionais	30
5.3.5 Hedge das exposições ao IRRBB e tratamento contábil	30
5.3.6 Premissas de modelagem para o cálculo do Δ EVE e do Δ NII	30
5.4 Informações quantitativas sobre o IRRBB (IRRBB1)	31

5.4 Risco de crédito da contraparte (CCRA)	31
5.4.1 Método de estabelecimento de limites internos	32
5.4.2 Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, mitigadores e CVA	32
5.4.3 Exposições a contrapartes centrais (CCPs)	33
5.4.4 Impacto de rebaixamento da classificação de crédito nos colaterais empenhados	33
5.4.5 Governança e reporte	33
6. RISCO OPERACIONAL	33
6.1. Informações qualitativas sobre o gerenciamento do Risco Operacional (ORA)	33
6.2. Composição do Indicador de Negócios (OR2)	35
6.3. Requerimento de capital para o risco operacional (OR3)	36

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este relatório visa atender às determinações do Banco Central do Brasil requeridas através da resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020 para as instituições enquadradas no Segmento 3 (S3), conforme definido na Resolução CMN nº 4.553 de 30 de janeiro de 2017. Este normativo dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3, o qual em sua totalidade para instituições do Segmento S3, contém informações referentes a: indicadores prudenciais, gerenciamento de riscos, composição do capital, indicadores de liquidez, risco de crédito, risco de crédito de contraparte (CCR), exposições de securitização, risco de mercado e risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

Adicionalmente, este relatório trata dos requerimentos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 publicada pelo Banco Central do Brasil, onde dispõe sobre a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital.

Os respectivos normativos exigem das instituições financeiras a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e à adequação de seu capital à sua exposição aos riscos. Os dados nele presentes foram elaborados com base nas informações consolidadas referentes ao segundo trimestre de 2025.

Outras informações sobre o Banco Pine, incluindo o acesso às demonstrações financeiras, podem ser acessadas através do site: ri.pine.com.

1.2. Contexto Operacional

O Banco Pine (B3: PINE4; PINE3) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e sete anos destaca-se por financiar e assessorar grandes e médias empresas no mercado financeiro. Seu propósito é ser um banco de negócios ágil, com competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo com seus clientes. Ancorado nessa missão, busca atender às expectativas dos clientes, conhecer suas necessidades, aperfeiçoar suas jornadas, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência.

Por meio de soluções financeiras ágeis e funcionais que facilitam o dia a dia dos clientes, o Banco oferece uma ampla variedade de produtos e serviços, e se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios.

O Banco busca conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para isso, o Banco se divide nas seguintes áreas de negócios:



O período foi marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, atingimos receita e lucro recorde e tivemos uma melhora substancial na rentabilidade do Banco. Voltamos a crescer no Atacado, estamos consolidando o nosso ecossistema de Varejo Colateralizado, expandimos e diversificamos o nosso funding e fortalecemos a nossa estrutura de capital. Seguimos gerando resultados resilientes, sustentáveis e escala para atender nossos clientes em diferentes momentos do ciclo econômico.

O ano de 2025 marcou o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da estratégia, pela consolidação de um modelo diversificado em múltiplas esteiras de crédito e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, avançamos de forma consistente com a consolidação do consignado privado e a expansão de cartões consignados e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram a base de clientes, elevaram a rentabilidade e reforçaram a eficiência operacional, apoiados por dados e tecnologia. Movimentos estratégicos nas investidas simplificaram a estrutura societária e fortaleceram a geração de caixa.

No Atacado, mantivemos atuação seletiva no crédito corporativo, preservando a qualidade da carteira e originando oportunidades atrativas de alocação de capital.

Derivativos, seguros e Mercado de Capitais ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a capacidade de originação e distribuição.

Também diversificamos fontes de funding, reduzimos o custo de captação e avançamos em tecnologia, dados e IA.

A estratégia do Banco conta com uma gestão de riscos diligente, focada em eficiência na alocação de capital e na busca de ativos de alta qualidade, refletida no Índice de Basileia que atingiu 15% em dezembro de 2025.

2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

2.1. Requerimentos Prudenciais (KM1)

O PR consiste no somatório do Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e do Nível II, conforme definido nos termos da Resolução nº 4.955 do CMN.

Para fins do cálculo desses requerimentos mínimos de capital, de acordo com a Resolução nº 4.958 do CMN, deve ser apurado o montante total do RWA como soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Banco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo dessas parcelas.

O requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação de um fator “F” ao montante de RWA. Sendo o fator F correspondente a 8,0% a partir de 1º de janeiro de 2019.

A regulação prudencial do BACEN também estabelece a criação do Adicional de Capital Principal, que corresponde aos “buffers” (colchões de conservação (fixo), sistêmico e contracíclico (variável)), bem como definem novos requisitos para qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I ou Nível II. Conforme a Resolução CMN 4.958, o valor das parcelas ACP Conservação estando em 2,5%. Atualmente, conforme a Circular Bacen 3.769, o valor apurado da parcela ACP contracíclico é igual a zero durante todo o período, podendo sofrer alteração mediante nova definição do regulador.

Adicionalmente, instituem a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução 4.955 do CMN conforme mostrado abaixo.

A partir de 2019	
Capital principal	4,5%
Nível I	6,0%
Capital total	8,0%
Adicional de Capital Principal	2,5%
ACP Conservação ¹	2,5%
ACP Contracíclico ²	-
ACP Sistemico ³	-
Capital principal com adicional	7,0%
Nível I com adicional	8,5%
Capital total com adicional	10,5%
Deduções dos ajustes prudenciais	100%

1) considerado o limite superior (exigibilidade máxima), por conservadorismo.

2) limite inferior (exigibilidade mínima).

3) ACP aplicável as instituições não classificadas como S-DIB (do inglês "Domestic Systemically Important Bank").

A seguir, a demonstração das Informações qualitativas sobre os requerimentos prudenciais do Banco Pine.

Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em R\$ mil	a	b	c	d	e
	dez/25	set/25	jun/25	mar/25	dez/24
Capital Regulamentar - Valores					
1 Capital Principal *	1.532.408	1.356.139	1.254.181	1.239.575	1.134.972
2 Nível I *	1.689.044	1.462.621	1.360.104	1.345.069	1.240.167
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.246.299	1.983.777	1.885.141	1.814.096	1.707.115
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente					
3c Destaque do PR					
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) - Valores					
4 RWA total	15.006.114	14.517.326	13.386.846	13.091.707	11.742.426
Capital Regulamentar como Proporção RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP)	10,21%	9,34%	9,37%	9,47%	9,67%
6 Índice de Nível 1 (%)	11,26%	10,08%	10,16%	10,27%	10,56%
7 Índice de Basileia	14,97%	13,66%	14,08%	13,86%	14,54%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%)	0%	0%	0%	0%	0%
10 Adicional de Importância Sistemica de Capital Principal - ACPSistemico (%)	0%	0%	0%	0%	0%
11 ACP total (%)	2,5%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	3,2%	2,3%	2,37%	2,47%	2,47%
Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	32.675.208	30.852.305	30.278.579	28.521.533	32.531.681
14 RA (%)	5,04	4,74	4,49	4,25	3,81
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	2.842.076	2.699.499	3.743.970	1.757.680	2.095.098
16 Total de saídas líquidas de caixa	824.000	1.318.088	980.639	925.639	934.897
17 LCR (%)	344,91%	204,80%	381,79%	189,89%	224,10%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
18 Recursos estáveis disponíveis (ASF)	16.730.534	13.581.177	13.079.889	12.034.038	12.504.408
19 Recursos estáveis requeridos (RSF)	9.155.789	9.005.784	8.879.984	9.789.799	9.007.099
20 NSFR (%)	182,73%	150,81%	147,30%	122,92%	138,83%

*R\$ 20.000.000 Capital Complementar (LF Perpétua) + R\$ 21.916.932,32 Capital Principal (Bônus Subscrição)

2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (OVA)

Com a evolução contínua dos mercados e das operações, o Banco Pine reafirma seu compromisso com a excelência na gestão integrada de riscos e capital, seguindo

rigorosamente as melhores práticas de mercado e a regulamentação vigente. A atividade bancária caracteriza-se pela necessidade de assumir e administrar riscos de maneira sistemática e responsável. Por isso, a instituição estabelece limites, métricas e processos robustos que garantem a identificação, mensuração, avaliação, controle, monitoramento e mitigação de todas as exposições de maneira prudente e sustentável.

O gerenciamento de riscos está diretamente alinhado às diretrizes estratégicas definidas pelo nosso Conselho de Administração (CA). O CA é o responsável final por aprovar o Apetite por Riscos (RAS), as políticas, as estratégias, os testes de estresse e os planos de contingência, além de assegurar que todos os recursos necessários estejam disponíveis para a efetiva execução desta estrutura. O Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC), por sua vez, suporta o CA, deliberando sobre métricas, limites e eventos relevantes que impactam os riscos e o capital da instituição.

As áreas de risco, sob a liderança da Diretoria de Riscos & Compliance e em conjunto com as diretorias executivas, são centrais na supervisão contínua das exposições. Elas fornecem análises tempestivas, relatórios estruturados e recomendações essenciais para subsidiar a tomada de decisão. O Banco Pine adota uma postura conservadora, buscando manter elevados padrões de credibilidade, segurança operacional e solidez financeira.

2.2.1. Apetite por Risco

O Apetite por Riscos do Banco Pine é formalizado na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Este documento define a natureza e o nível de risco que a instituição considera aceitável para alcançar seus objetivos, sempre em linha com a estratégia de negócios, a capacidade de capital, a regulamentação prudencial, o nível de tolerância a perdas e a sustentabilidade de longo prazo.

A RAS contém métricas quantitativas e qualitativas que abrangem diversos grupos de risco, como crédito, mercado, liquidez, Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB), operacional, socioambiental e climático, conformidade e reputacional. Esses indicadores possuem limites e alertas monitorados periodicamente pelos comitês de gestão.

O processo de definição das métricas é estruturado e inclui análises de relevância financeira, exposição ao risco e impacto nos objetivos estratégicos, sendo revisado anualmente em conjunto com o planejamento orçamentário.

2.2.2. Cultura de Riscos

A cultura de riscos do Banco Pine é um pilar fundamental que permeia toda a organização, reforçada ativamente pelo Conselho de Administração. A principal diretriz é promover práticas responsáveis, éticas e alinhadas à conformidade regulatória.

Os principais mecanismos para disseminar essa cultura incluem a ampla disponibilização de políticas e normativos na intranet, a atuação de comitês deliberativos com participação multidisciplinar, a emissão de relatórios gerenciais como o Reporte Executivo de Riscos (RER), a realização de ações de capacitação conduzidas pelas áreas especializadas sob a supervisão do Chief Risk Officer (CRO), e a comunicação contínua sobre limites, desvios e medidas corretivas.

Nossa cultura enfatiza a responsabilidade individual e coletiva, uma postura ética inabalável e a tomada de decisões conscientes, sempre sustentadas por análises técnicas e qualitativas.

2.2.3. Os testes de Estresse

Os testes de estresse são um componente essencial do gerenciamento integrado de riscos e capital, permitindo avaliar a resiliência do Banco frente a choques severos, sejam eles internos ou externos.

Periodicamente, realizamos simulações de cenários adversos para avaliar impactos prospectivos sobre o resultado financeiro, a liquidez, o capital, portfólios específicos e a exposição consolidada ao risco. As análises utilizam metodologias de sensibilidade, cenários hipotéticos e históricos, além de testes reversos, conforme as melhores práticas de mercado.

O CRO supervisiona todo o processo, e os resultados são reportados ao CA e ao CGRC para apoiar decisões estratégicas, ajustar limites e aprimorar o planejamento de capital.

2.2.4. Avaliação da Adequação de Capital

Anualmente, o Banco Pine conduz uma avaliação detalhada da suficiência de seu capital. Este processo abrange a identificação dos riscos materiais, a análise da necessidade de capital adicional, a elaboração do plano de capital para condições normais e de estresse, a revisão da adequação do capital, a estruturação dos planos de contingência e a preparação dos relatórios gerenciais e regulatórios.

O processo está alinhado à Resolução CMN nº 4.557/2017 e contempla a análise aprofundada dos riscos de crédito, mercado, operacional, IRRBB, liquidez e outros riscos relevantes.

2.2.5. Suficiência de Capital

O Banco Pine mantém uma estrutura de capital totalmente compatível com sua estratégia e a complexidade de suas operações, assegurando que o Patrimônio de Referência (PR) permaneça em nível adequado para cobrir todos os riscos atuais e projetados.

Monitoramos continuamente o capital regulatório, o Capital Nível I, o Capital Principal e todos os limites prudenciais aplicáveis, além de realizar análises de sensibilidade para medir os impactos de cenários de estresse.

Esta avaliação contínua e um planejamento estruturado garantem a solidez financeira da instituição, preservando nossa capacidade de absorver perdas e suportar o crescimento sustentável dos negócios.

2.3. Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

De acordo com a Resolução CMN 4.958, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), obtido pela soma das seguintes parcelas:

$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD} + RWA_{DRC} + RWA_{CVA}$,
sendo:

$RWACPAD$ = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;

$RWACAM$ = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;

$RWAJUR$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;

$RWACOM$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);

$RWAACS$ = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

$RWAOPAD$ = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

RWADRC = parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação.

RWACVA = parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte.

Para os cálculos das parcelas mencionadas acima, foram observados os procedimentos divulgados pelo BACEN, por meio das Circulares e Cartas-Circulares, e pelo CMN, por meio de Resoluções.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco do Banco Pine:

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Em R\$ mil		a		b	c
		RWA			Requerimento Mínimo de PR
		dez/25	set/25		dez/25
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	12.545.425	12.264.111		1.003.634
1	Risco de Crédito em sentido estrito	12.278.767	11.976.916		982.301
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	12.278.767	11.976.916		982.301
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica				
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada				
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	266.658	287.195		21.333
7	Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR				
7a	Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	266.658	287.195		21.333
9	Do qual: outros				
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados				
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo				
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados				
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada				
20	Risco de mercado	1.002.193	795.406		80.175
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	1.002.193	795.406		80.175
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)				
24	Risco operacional	1.458.496	1.457.810		116.680
I	Risco de Pagamentos (RWASP)				
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR				
29	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	15.006.114	13.386.846		1.200.489

3. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

3.1. Instrumentos que Compõe o Patrimônio de Referência – PR (CCA)

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

A tabela CCA, qual dispõe sobre as principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível no site: ri.pine.com.

3.2. Composição do Patrimônio de Referência – PR (CC1)

Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

	a	b
	Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
1 Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	1.022.827	a)
2 Reservas de lucros	419.596	b)
3 Outras receitas e outras reservas	124.532	c)
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	-	
6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.566.954	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	1.615	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9 Ativos intangíveis	24.861	d)
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-	
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	8.070	
18 Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
19 Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22 Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado do qual: oriundo de participações significativas no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas,	-	
23 no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25 do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26 Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a Ativos permanentes diferidos		
26.b Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos		
26.d Aumento de capital social não autorizado		
26.e Excedente do valor ajustado de Capital Principal		
26.f Depósito para suprir deficiência de capital		
26.g Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
26.h Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente		
26.i Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017		
26.j Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios		
27 Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes		
28 Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	34.547	
29 Capital Principal	1.532.408	
Capital Complementar: instrumentos		
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	156.637	
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-	
35 da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias	156.637	

Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	
39	Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	
40	Valor total dos investimentos significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas	
41	Ajustes regulatórios nacionais	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar*	136.570
45	Nível I*	1.647.060
Nível II: instrumento		
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	557.255
47	<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-
48	Participação de não controladores no sinstrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-
49	<i>da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	557.255
Nível II: deduções regulatórias		
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	
54	Valor total dos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	
55	Valor total dos investimentos significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não compõem o conglomerado	
56	Ajustes regulatórios nacionais	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	2.246.299
59	Patrimônio de Referência	2.204.315
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	15.006.114
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	10,21%
62	Índice de Nível I (IN1)	11,26%
63	Índice de Basileia (IB)	14,97%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,50%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPCConservação	2,50%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPCContracíclico	0%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,21%
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco		
72	Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	
73	Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	-
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)		
82	<i>Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	
83	<i>Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82</i>	
84	<i>Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-
85	<i>Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84</i>	-

*R\$ 20.000.000 Capital Complementar (LF Perpétua) + R\$ 21.916.932,32 Capital Principal (Bônus Subscrição)

3.3. Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial (CC2)

A seguir, o comparativo do Balanço Patrimonial do Banco Pine entre as versões Consolidadas Prudencial e do Consolidado Bacen.

Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial		
R\$ mil	a Valores do balanço patrimonial no final do período	c Referência no balanço do conglomerado
Ativo		
Disponibilidades	89.895	
Instrumentos financeiros	29.438.925	
Operações de arrendamento mercantil	-	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(948.166)	
Ativos Fiscais	1.052.862	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	2.790	
Outros ativos	1.719.478	
Imobilizado de uso	86.911	
Intangível	40.449	d)
Depreciações e amortizações	(42.837)	
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	
Total de ativos	31.440.307	
Passivo		
Depósitos e demais instrumentos financeiros	28.206.193	f)
Provisões	-	
Outros passivos	1.826.484	
Obrigações fiscais diferidas	-	
Total de passivos	30.032.677	
Patrimônio líquido		
Capital social	1.000.910	a)
do qual: montante elegível para Capital Principal	1.000.910	
do qual: montante elegível para Capital Complementar	-	
Reservas de capital	17.902	
Reservas de lucros	396.548	
Outros resultados abrangentes	(1.698)	c)
Lucros ou prejuízos acumulados		b)
Ações em tesouraria	(8.070)	
Participação de acionistas não-controladores	2.038	
Patrimônio líquido total	1.407.630	

3. RISCO DE LIQUIDEZ

3.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez (LIQA)

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado de forma centralizada, observando princípios de segregação de funções, independência, proporcionalidade e alinhamento às melhores práticas prudenciais. A estrutura organizacional contempla instâncias estratégicas, táticas e operacionais, com responsabilidades claramente definidas.

A Alta Administração é responsável pela definição do apetite ao risco de liquidez, pela aprovação das políticas, limites e diretrizes, bem como pelo acompanhamento periódico da exposição ao risco. O Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) atua como instância deliberativa responsável por avaliar a posição de liquidez, aprovar estratégias de funding, acompanhar indicadores, analisar cenários prospectivos e deliberar sobre o acionamento de planos de contingência.

A Área de Gestão de Riscos Financeiros é responsável por identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, elaborando relatórios gerenciais e

regulatórios, conduzindo testes de estresse, acompanhando limites e alertas, bem como propondo aprimoramentos metodológicos e revisões periódicas das políticas e procedimentos. A Tesouraria é responsável pela execução das operações de captação, aplicação e gestão do caixa, em conformidade com os limites e diretrizes aprovados.

O processo estruturado de comunicação interna prevê reportes regulares à Alta Administração e aos comitês competentes, bem como comunicação tempestiva em situações de estresse ou de aproximação aos limites definidos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557/2017 e na Resolução BCB nº 265/2022.

3.1.1 Estratégias de captação de recursos

A estratégia de captação de recursos tem como objetivo assegurar fontes de financiamento estáveis, diversificadas e compatíveis com o perfil de ativos e obrigações da instituição. As políticas de funding priorizam a diversificação de fontes, evitando concentração excessiva por instrumento, contraparte ou mercado, bem como a diversificação de prazos, de forma a mitigar riscos de refinanciamento e descasamentos relevantes.

As decisões de captação consideram análises de custo, liquidez, prazo, condições de mercado e impactos sobre os indicadores prudenciais, sendo avaliadas no âmbito do ALCO. A instituição busca manter acesso contínuo a diferentes mercados e instrumentos, bem como preservar relacionamentos com investidores e contrapartes estratégicas.

3.1.2 Estratégias de mitigação do risco de liquidez

As estratégias de mitigação do risco de liquidez incluem a manutenção de ativos líquidos de alta qualidade, livres de ônus e prontamente realizáveis, capazes de suportar cenários adversos. Adicionalmente, são adotados limites operacionais e prudenciais, políticas de concentração, monitoramento diário do caixa e acompanhamento prospectivo dos fluxos de entrada e saída.

A instituição também utiliza mecanismos de antecipação de riscos, como cenários prospectivos, permitindo a adoção de medidas preventivas antes do atingimento de níveis críticos.

3.1.3 Testes de estresse de liquidez

Os testes de estresse constituem ferramenta fundamental do gerenciamento do risco de liquidez, sendo utilizados para avaliar a capacidade da instituição de honrar seus compromissos em cenários adversos. São considerados cenários com premissas relativas a saídas de caixa, restrições de mercado e redução da capacidade de captação.

Os resultados dos testes de estresse subsidiam a definição de colchões de liquidez, limites, estratégias de funding e planos de contingência, sendo periodicamente reportados à Alta Administração e aos comitês competentes.

3.1.4 Plano de contingência de liquidez

A instituição mantém Plano de Contingência de Liquidez formalmente estabelecido, que define critérios de identificação, classificação e tratamento de situações de estresse de liquidez. O plano contempla níveis de contingência, gatilhos de acionamento, papéis e responsabilidades, fluxos de comunicação interna e conjunto de ações pré-definidas a serem adotadas conforme a severidade do cenário.

As ações previstas incluem medidas de reforço de caixa, revisão de estratégias de funding, priorização de liquidez e eventual ajuste no ritmo de negócios. A efetividade das ações é monitorada continuamente até o reenquadramento dos indicadores aos níveis desejados.

3.1.5 Ferramentas, métricas e limites de gerenciamento

O gerenciamento do risco de liquidez é suportado por sistemas, modelos e relatórios que permitem o monitoramento diário e prospectivo da posição de liquidez. Dentre as principais métricas utilizadas destacam-se indicadores de caixa, colchão de liquidez, fluxos projetados, limites definidos no Risk Appetite Statement (RAS) e métricas regulatórias.

Os limites e alertas são monitorados de forma contínua, com reporte tempestivo aos responsáveis e instâncias de governança, assegurando a aderência às políticas internas e à regulamentação vigente.

4. RISCO DE CRÉDITO

4.1 Informações Qualitativas sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito (CRA)

O Banco Pine S.A. mantém estrutura, políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito compatíveis com seu modelo de negócios, com a natureza e a complexidade de suas operações, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e com a Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022.

4.1.1 Modelo de negócios e perfil de risco de crédito

O modelo de negócios do Banco Pine S.A. é refletido em um perfil de risco de crédito composto por operações de crédito corporativo e por uma carteira de varejo com foco em crédito consignado, abrangendo tanto o segmento público quanto o segmento privado.

No segmento atacado o Banco Pine possui perfil de risco de crédito concentrado em operações de crédito corporativo e estruturado, com foco em adequada avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores, mitigação por garantias e acompanhamento contínuo do desempenho das exposições.

No varejo, as operações de crédito consignado apresentam perfil de risco diferenciado, caracterizado por:

- desconto direto em folha de pagamento ou benefício;
- elevada previsibilidade de fluxo de recebimentos; e
- menores níveis históricos de inadimplência, quando comparados a outras modalidades de crédito pessoal.

Essas características são incorporadas aos processos de gerenciamento do risco de crédito por meio de critérios específicos de avaliação, monitoramento e mensuração de perdas, assegurando coerência entre o modelo de negócios, o apetite a risco e a estratégia de capital do Banco.

4.1.2 Critérios para a política e limites internos de risco de crédito

A política de risco de crédito estabelece critérios objetivos e segmentados para definição de limites e controles, considerando as particularidades das diferentes carteiras, incluindo:

- crédito atacado;
- crédito de varejo consignado no segmento público; e
- crédito de varejo consignado no segmento privado.

Para o atacado os limites internos são definidos de forma consistente com o apetite a risco aprovado pela Alta Administração, considerando indicadores de concentração, qualidade da carteira, níveis de inadimplência e impactos potenciais sobre capital e resultados.

Para carteira do consignado os limites internos são definidos também são consistentes com o apetite a risco aprovado pela Alta Administração, levando em conta fatores como perfil de risco dos tomadores, tipo de convênio, qualidade do empregador ou ente público, histórico de inadimplência, concentração por carteira e impactos potenciais sobre capital e resultados.

4.1.3 Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Banco Pine é segregada das áreas de negócios e organizada de forma a assegurar independência, especialização técnica e adequada governança.

A área de Risco de Crédito é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco, incluindo:

- acompanhamento da qualidade da carteira;
- cálculo da perda esperada e das provisões, conforme a Política de Provisionamento;
- avaliação de operações com sinais de deterioração;
- suporte técnico aos fóruns de decisão.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Banco Pine contempla processos, modelos e controles específicos para as diferentes carteiras, incluindo modelos distintos para varejo consignado e crédito atacado, conforme previsto na Política de Provisionamento.

4.1.4 Relação com conformidade e auditoria interna

O gerenciamento do risco de crédito mantém integração com a política de conformidade, assegurando aderência às normas internas, às regulamentações prudenciais e às práticas contábeis aplicáveis.

A auditoria interna, de forma independente, avalia periodicamente a efetividade dos processos, controles e modelos relacionados ao risco de crédito, incluindo a consistência da mensuração de perdas, o cumprimento das políticas internas e a adequação dos registros contábeis refletidos nas Demonstrações Financeiras.

4.1.5 Relatórios gerenciais e governança

Os relatórios gerenciais de risco de crédito apresentados ao Conselho de Administração, ao Comitê de Riscos e à Diretoria contemplam informações segregadas por carteira, incluindo:

- crédito atacado;
- varejo consignado – segmento público; e
- varejo consignado – segmento privado.

Esses relatórios abrangem, entre outros aspectos, a evolução da carteira, qualidade do crédito, níveis de inadimplência, classificação por estágios, provisões constituídas e impactos sobre resultados e capital.

4.2 Qualidade Creditícia das Exposições (CR1)

Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições

R\$ mil		Valor bruto:		c	g		
		a	b				
		Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRB	Valor líquido (a+b-c)
1	Concessão de crédito	494.351.380	12.514.642.437	722.434.126			12.286.559.691
2	Titulos de dívida	45.571.658	6.669.569.568	142.379.521			6.572.761.706
2a	dos quais: titulos soberanos nacionais	-	-	-			-
2b	dos quais: outros titulos	45.571.658	6.669.569.568	142.379.521			6.572.761.706
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	337.026.497	516.525			336.509.972
4	Total (1+2+3)	539.923.037	19.521.238.503	865.330.172			19.195.831.369

4.3. Mudanças no estoque de ativos problemáticos (CR2)

Tabela CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

	a
	Total
1 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	298.856.877
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	241.066.161
3 Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	178.421.626
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-
5 Outros ajustes	-
6 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	718.344.663

4.4. Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições (CRB)

Exposições por região geográfica no Brasil, por país, e por prazo remanescente de vencimento

Região	Prazo Remanescente de Vencimento				Total
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	
Centro-Oeste	53.312.799	68.081.379	815.898.221	225.738.864	1.163.031.263
Nordeste	51.886.916	79.274.129	713.080.055	437.180.021	1.281.421.121
Norte	22.490.534	33.364.987	210.138.266	143.455.487	409.449.275
Sudeste	2.102.683.940	1.316.939.957	6.257.161.292	4.102.499.609	13.779.284.799
Sul	118.020.980	326.818.169	2.021.602.678	624.506.759	3.090.948.586
Exterior	-	-	-	-	-
Total	2.348.395.169	1.824.478.622	10.017.880.512	5.533.380.741	19.724.135.043

Exposições por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento

Setor econômico	Prazo Remanescente de Vencimento				Total
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	
Agronegócio	165.455.814	186.508.080	1.392.753.430	42.911.621	1.787.628.945
Comércio (Varejo e Atacado)	65.409.106	15.890.374	181.758.309	6.752.193	269.809.982
Energia	334.774	525.638	43.986.543	2.401.509	47.248.464
Imobiliário	16.749.755	148.314.267	629.903.613	74.830.677	869.798.311
Indústria	226.275.262	15.894.737	66.907.287	-	309.077.286
Infraestrutura	240.004.513	23.578.000	64.923.111	53.228.883	381.734.507
Instituição Financeira	1.862.857	6.797.279	115.392.923	15.923.027	139.976.085
Logística e Transporte	33.947.838	49.516.475	298.099.805	68.061.266	449.625.384
Mineração	503.483.510	-	-	-	503.483.510
Óleo, Gás e Petroquímicos	21.983	-	127.772.944	-	127.794.927
Papel e Celulose	-	-	1.475.652	7.930.048	9.405.700
Pessoa física	670.087.067	972.614.753	4.547.396.636	3.366.050.572	9.556.149.029
Químicos e Plásticos	6.940.589	49.998.613	174.694.780	-	231.633.982
Saúde e Educação	-	3.715.262	10.131.747	1.542.777	15.389.787
Serviços	20.380.618	3.659.479	98.217.284	2.822.329	125.079.710
Siderurgia e Metalurgia	25.009.910	31.355.215	108.739.185	-	165.104.309
Telecom e TI	1.037.326	3.346.711	140.380.255	-	144.764.292
Outros	371.394.248	312.763.739	2.015.347.006	1.890.925.839	4.590.430.832
Total	2.348.395.169	1.824.478.622	10.017.880.512	5.533.380.741	19.724.135.043

Operações em curso anormal por região geográfica no Brasil e por país

Região	Saldo	Provisão	Baixas para prejuízo
Centro-Oeste	28.334.926	20.633.349	1.043.513
Nordeste	50.771.827	42.552.771	2.016.140
Norte	14.681.817	11.746.755	298.047
Sudeste	338.084.293	237.188.664	361.873.133
Sul	66.269.854	53.946.398	2.936.885
Exterior	-	-	-
Total	498.142.717	366.067.936	368.167.719

Operações em curso anormal por setor econômico

Setor econômico	Saldo	Provisão	Baixas para prejuízo
Agronegócio	41.918.078	36.165.760	2.020.513
Comércio (Varejo e Atacado)	4.066.458	3.398.804	672.394
Energia	-	-	-
Imobiliário	17.670.493	5.315.887	-
Indústria	3.284.271	2.447.588	367.077
Infraestrutura	5.611.435	2.443.093	-
Instituição Financeira	378.956	351.061	-
Logística e Transporte	34.256.268	31.649.625	885.231
Mineração	-	-	-
Óleo, Gás e Petroquímicos	-	-	-
Papel e Celulose	-	-	-
Pessoa física	380.176.343	277.226.989	71.912.471
Químicos e Plásticos	2.421.270	998.567	285.278
Saúde e Educação	-	-	-
Serviços	1.481.975	1.372.862	-
Siderurgia e Metalurgia	4.234.738	3.951.606	-
Telecom e TI	2.229	32	-
Outros	2640204,71	746061,4387	292024754,8
Total	498.142.717	366.067.936	368.167.719

Exposições em atraso por faixa de atraso

Exposição	Faixa de Atraso					Total
	menor que 30 dias	entre 31 e 90 dias	entre 91 e 180 dias	entre 181 e 365	maior que 365	
	395.268.226	385.356.869	18.335.740	132.120.638	124.503.068	1.055.584.541

Exposições reestruturadas

Exposição	Curso anormal	Demais exposições	Total
	2.078.988	-	2.078.988

Percentual de Saldo das Maiores Concentrações

	dez/25
10 maiores	3,94%
100 maiores	4,12%

5. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

5.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização (SECA)

As atividades de securitização conduzidas pelo Banco Pine têm como objetivos fundamentais a diversificação de suas fontes de captação (funding) e a desconsolidação de carteiras de crédito para otimização do consumo de capital. Essa estratégia visa preservar e expandir a capacidade de originação de ativos, atendendo à demanda de mercado com foco prioritário nos segmentos de Crédito Consignado INSS e Crédito Consignado Privado. O grau de transferência de riscos e benefícios para outras entidades varia conforme a estruturação de cada operação, podendo envolver a transferência substancial de ativos ou a retenção parcial de riscos por meio de subscrição de cotas subordinadas ou mecanismos de coobrigação.

No âmbito de sua atuação, o Banco Pine atua como contraparte patrocinadora das Sociedades de Propósito Especial (SPE) Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Travessia Securitizadora. Adicionalmente, as entidades vinculadas ao conglomerado, Pine Holding e Pine Assessoria, atuam na aquisição de cotas subordinadas dos veículos de securitização originados pela instituição, especificamente o Pine INSS FIDC, o Pine INSS II FIDC e o FIDC Pine LIFT Cartão Benefício INSS. Ressalta-se que o Banco não presta apoio implícito a essas estruturas, de modo que não há impactos adicionais na apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) além daqueles formalmente previstos nas exposições retidas.

Quanto ao tratamento contábil, o Banco Pine observa integralmente as diretrizes da regulamentação vigente. Os ativos decorrentes de securitizações de terceiros são registrados de forma análoga aos demais ativos próprios da instituição. No caso de operações originadas pelo próprio Banco, os créditos permanecem registrados no balanço patrimonial sempre que houver cessão com coobrigação, uma vez que não ocorre a transferência substancial de riscos e benefícios. O desreconhecimento contábil é aplicado apenas às operações em que há a efetiva venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos.

Durante o exercício de 2026, o Banco realizou operações relevantes de transferência de ativos. Em junho de 2026, foram emitidas Debêntures Financeiras da Travessia Securitizadora no montante de R\$ 1 bilhão, lastreadas em operações de Consignado INSS, com série única integralmente vendida a investidores profissionais. No mesmo período, foi

estruturado o Pine INSS FIDC (R\$ 1 bilhão), cujas séries seniores e mezaninos foram distribuídas ao mercado, mantendo-se uma retenção de 1% em cotas subordinadas no conglomerado. Em dezembro de 2026, foram concluídas as operações do Pine INSS II FIDC (R\$ 1 bilhão), com retenção subordinada de 1,5%, e do Pine Lift I Cartão INSS FIDC (R\$ 173 milhões), com retenção subordinada de 2,25%.

No tocante às exposições cedidas com retenção substancial de risco no segmento de varejo, o Banco registrou, ao longo do exercício de 2025, cessões de crédito com coobrigação para empresas não ligadas relativas a Entes Federais no montante total de R\$ 1.766.781. A distribuição trimestral dessas operações compreendeu R\$ 1.020.773 no primeiro trimestre, R\$ 687.950 no segundo trimestre, R\$ 27.423 no terceiro trimestre e R\$ 30.635 no quarto trimestre. Devido à natureza dessas operações, os ativos vinculados não foram desreconhecidos dos livros contábeis da instituição e as cessões não geraram impacto imediato no resultado.

5. RISCO DE MERCADO

5.1 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado (MRA)

5.1.1 Gerenciamento do Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e com a Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, o Banco Pine define risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da flutuação nos valores de posições detidas pela Instituição, resultantes principalmente da variação das taxas de juros, dos preços e índices de instrumentos financeiros, bem como de outros fatores de mercado que afetem instrumentos classificados tanto na carteira de negociação (Trading) quanto na carteira bancária (Banking).

A estratégia do Banco Pine está orientada à geração recorrente de resultados, com foco em suas atividades comerciais e financeiras, observando princípios de prudência, solidez e aderência ao apetite ao risco aprovado pela Alta Administração. A gestão do risco de mercado busca assegurar que as exposições assumidas sejam compatíveis com a estratégia de negócios, com os limites internos e com os requerimentos regulatórios vigentes.

5.1.2 Estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado

A gestão do risco de mercado é estruturada por meio de controles independentes, conduzidos por área segregada das unidades de negócios, responsáveis por estabelecer políticas, metodologias, limites e procedimentos alinhados:

- ao Apetite ao Risco (RAS);
- às diretrizes de governança corporativa;
- às estratégias de negócio do Banco.

Esses controles visam identificar, mensurar, monitorar e controlar as exposições ao risco de mercado, considerando não apenas os impactos diretos das oscilações de mercado, mas também as interações com outros riscos relevantes, em especial o risco de liquidez.

5.1.3 Estrutura responsável e governança

A Área de Riscos Financeiros é responsável pela implementação e execução das estratégias e processos de gerenciamento do risco de mercado, incluindo:

- o estabelecimento e acompanhamento de limites de risco;
- a avaliação contínua da adequação das metodologias de mensuração;
- o monitoramento diário das exposições;
- a elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

As metodologias, métricas e eventuais alterações relevantes são previamente discutidas e aprovadas nos fóruns de governança apropriados, assegurando consistência, transparência e alinhamento com as diretrizes estratégicas do Banco. Os resultados do monitoramento são reportados periodicamente à Alta Administração e aos comitês competentes, subsidiando o processo decisório.

5.1.4 Carteiras sujeitas ao risco de mercado

O Banco Pine trata as posições sujeitas ao risco de mercado de acordo com sua classificação regulatória, distinguindo entre carteira de negociação (Trading) e carteira bancária (Não-Negociação ou Banking), conforme os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e demais normativos aplicáveis:

- **Carteira de Negociação (Trading):** composta por instrumentos financeiros mantidos com a finalidade de negociação ou destinados à proteção (hedge) de outros elementos da própria carteira de negociação. Esses instrumentos são avaliados diariamente a valor de mercado e caracterizam-se, principalmente, pela intenção de revenda no curto prazo, pela busca de ganhos decorrentes de flutuações de preços ou pela utilização em estratégias de arbitragem.
- **Carteira Bancária (Banking):** composta por instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de classificação como Trading, sendo mantidos sem finalidade de negociação. Nessa carteira, os resultados são gerados predominantemente pelos

spreads das operações e não por flutuações de preços de mercado, ainda que estejam sujeitos a riscos decorrentes de variações de taxas e indexadores.

5.1.5 Monitoramento, mensuração e controle do risco de mercado

O monitoramento do risco de mercado é realizado diariamente, por meio de um conjunto de indicadores e métricas que permitem avaliar o nível de exposição e o enquadramento aos limites definidos, dentre os quais se destacam:

- **Value at Risk (VaR):** métrica que estima a perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, considerando nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia;
- **Cenários de estresse:** utilizados para estimar perdas potenciais sob condições extremas, considerando a ocorrência simultânea de choques severos nos principais fatores de risco das carteiras Trading e Banking;
- **Sensibilidade (Delta Variation – DV):** indicador que mensura a sensibilidade das posições a variações de um basis point nas curvas de juros relevantes;
- **Capital Regulatório para Risco de Mercado:** apuração e acompanhamento das parcelas de capital regulatório associadas ao risco de mercado, conforme os normativos do Banco Central do Brasil, permitindo o controle do consumo de capital e a definição de limites internos associados.

A apuração do risco de mercado é realizada por meio de processos específicos e independentes da área de negócios, abrangendo desde a obtenção e validação de preços, curvas e parâmetros de mercado até o cálculo das métricas de risco. Essa segregação busca assegurar a integridade, consistência e confiabilidade das informações utilizadas no gerenciamento do risco.

5.1.6 Estratégias de proteção (hedge)

Quando aplicável, o Banco Pine utiliza instrumentos de hedge com o objetivo de mitigar exposições específicas ao risco de mercado. As estratégias de proteção são formalmente documentadas, observam critérios de elegibilidade definidos em política interna e têm sua efetividade avaliada periodicamente, de forma prospectiva e retrospectiva, garantindo que cumpram adequadamente sua finalidade de mitigação de risco ao longo do tempo.

5.1.7 Sistemas de informação e suporte ao gerenciamento do risco

O gerenciamento do risco de mercado é suportado por sistemas de informação e bases de dados que permitem:

- o registro e o acompanhamento adequado das posições;
- a utilização de fontes de preços e curvas de mercado consistentes;
- a execução dos processos de marcação a mercado;
- a geração de relatórios gerenciais e regulatórios tempestivos.

Esses sistemas são submetidos a controles, validações e revisões periódicas, assegurando aderência às melhores práticas de mercado e aos requisitos regulatórios aplicáveis.

5.2. Fatores de Risco (MR1)

A tabela MR1 demonstra o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado conforme a abordagem padronizada (RWA_{mpad}).

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado		
Em R\$ mil	Fatores de risco	jun/25 a RWAMPAD
1	Taxas de juros	134.621
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	120.321
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	13.152
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	1.148
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
2	Preços de ações (RWAACS)	43.594
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	93.230
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	17.503
5	RWADRC	648.138
6	RWACVA	65.107
9	Total	1.002.193

Em relação ao período anterior, os principais fatores que contribuíram com o aumento dos Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado calculados por modelo padrão (RWA_{MPAD}) foram o aumento da exposição dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação RWA_{DRC} .

5.3 Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB (IRRBBA)

O Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Interest Rate Risk in the Banking Book – IRRBB) é definido como a possibilidade de impactos adversos relevantes sobre o valor econômico e/ou sobre o resultado de intermediação financeira do Banco Pine, decorrentes de

variações inesperadas nas curvas de taxas de juros que afetam os instrumentos classificados na carteira bancária.

O IRRBB decorre principalmente de descasamentos de prazos, indexadores e fluxos de reapreçamento entre ativos, passivos e instrumentos fora do balanço, bem como da existência de opções embutidas e de comportamentos não contratuais dos clientes. O risco é mensurado e monitorado sob as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado (NII), em conformidade com a regulamentação vigente.

5.3.1 Políticas e estratégias de gerenciamento e mitigação

O Banco Pine possui Política de Gestão de Risco de IRRBB, aprovada pela Alta Administração, que estabelece diretrizes, responsabilidades, métricas, limites e procedimentos para identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco.

O gerenciamento do IRRBB contempla, entre outros aspectos:

- monitoramento periódico das métricas de Δ EVE e Δ NII em relação aos limites definidos no Apetite a Risco (RAS);
- realização de testes de estresse regulatórios e internos, com diferentes choques nas curvas de juros;
- análises de sensibilidade e de decomposição dos resultados por fator de risco;
- atuação da área de Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) na gestão das exposições estruturais de taxa de juros;
- utilização de instrumentos financeiros derivativos para mitigação das exposições, quando apropriado;
- acompanhamento por auditoria interna, dentro de suas atribuições;

5.3.2 Periodicidade de cálculo e métricas utilizadas

As métricas de IRRBB são apuradas mensalmente para fins regulatórios, e diariamente para acompanhamento gerencial.

As principais métricas utilizadas são:

- **Δ EVE (Variação do Valor Econômico):** mensura o impacto dos choques de taxa de juros sobre o valor presente líquido dos fluxos de caixa da carteira bancária;
- **Δ NII (Variação do Resultado de Intermediação Financeira):** avalia os impactos esperados no resultado financeiro em horizonte temporal pré-determinado.

Essas métricas são analisadas de forma complementar, permitindo visão integrada dos efeitos de curto e longo prazo do IRRBB.

5.3.3 Cenários de choque e de estresse

Para a mensuração do Δ EVE e do Δ NII, o Banco Pine utiliza os cenários regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, incluindo:

- choques paralelos de alta e de baixa nas curvas de juros;
- choques de inclinação (steepener e flattener);

Os choques são aplicados de forma consistente às curvas relevantes, observando os parâmetros prudenciais estabelecidos pela regulamentação.

5.3.4 Premissas relevantes e implicações direcionais

O sistema de mensuração do IRRBB utiliza premissas consideradas prudentes e aderentes às características dos produtos e ao comportamento observado dos clientes.

Quando as premissas utilizadas para fins de gestão diferem daquelas exigidas exclusivamente para divulgação da Tabela IRRBB1, tais diferenças são devidamente documentadas e fundamentadas. As premissas são definidas com base em dados históricos internos, referências de mercado, estudos técnicos e julgamento da administração, sendo revisadas periodicamente.

Alterações relevantes nessas premissas podem impactar de forma direcional os valores de Δ EVE e Δ NII, especialmente em cenários de estresse.

5.3.5 Hedge das exposições ao IRRBB e tratamento contábil

A mitigação das exposições ao IRRBB pode ser realizada por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps de taxa de juros, com o objetivo de reduzir a volatilidade do valor econômico e/ou do resultado.

As operações podem ser classificadas como hedge econômico ou, quando atendidos os requisitos normativos, como hedge contábil, observando-se os critérios de documentação, efetividade e contabilização previstos nas normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

5.3.6 Premissas de modelagem para o cálculo do Δ EVE e do Δ NII

No cálculo das métricas divulgadas na Tabela IRRBB1, o Banco Pine adota, entre outras, as seguintes premissas:

- no Δ EVE, as margens comerciais e componentes de spread são tratadas conforme a natureza dos fluxos, sendo incluídas nos fluxos de reapreçamento ou refletidas nas taxas de desconto;

- o prazo médio de reapreçamento é determinado considerando características contratuais e comportamentais dos produtos, incluindo opções embutidas;
- outras premissas relevantes, como o tratamento de depósitos sem vencimento definido (NMD), são consideradas por possuírem impacto relevante nos resultados.

5.4 Informações quantitativas sobre o IRRBB (IRRBB1)

Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Valores em R\$ 2025	ΔEVE		ΔNII	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cenário paralelo de alta	92.592.087,86	77.140.932,82	-66.571.195,01	234.885.557,81
Cenário paralelo de baixa	-90.407.162,93	1.532.407,72	63.118.804,42	9.894.007,35
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	NA	1.689.044,41		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	NA	2.246.299,00		
Cenário steepener	64.536.685,24	NA		
Cenário flattener	-42.491.366,58	NA		
Variação máxima	92.592.087,86	77.140.932,82	63.118.804,42	234.885.557,81
Data-base	31/12/2025		31/12/2024	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.689.044.413		1.240.166.964	

*R\$ 20.000.000 Capital Complementar (LF Perpétua) + R\$ 21.916.932,32 Capital Principal (Bônus Subscrição)

5.4 Risco de crédito da contraparte (CCRA)

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e com a Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, o Banco Pine define o risco de crédito de contraparte como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras assumidas em operações que envolvam instrumentos financeiros, incluindo, entre outros, derivativos, operações compromissadas e exposições a contrapartes centrais (CCPs).

O gerenciamento desse risco está alinhado ao Apetite ao Risco (RAS) aprovado pela Alta Administração e integrado ao processo de gestão de capital e liquidez, de forma a assegurar que as exposições assumidas sejam compatíveis com a capacidade financeira do Banco e com os requerimentos regulatórios vigentes.

O risco de crédito de contraparte é gerenciado por meio de **controles** independentes, conduzidos por área segregada das unidades de negócios, responsável por definir políticas, metodologias, limites e procedimentos aplicáveis às exposições sujeitas a esse risco.

As estratégias adotadas visam mitigar o risco por meio da combinação de:

- definição de limites internos;
- avaliação contínua da qualidade de crédito das contrapartes;
- utilização de garantias e instrumentos de mitigação;

- mensuração do risco por meio de métricas prudenciais, incluindo o Credit Valuation Adjustment (CVA).

As políticas abrangem tanto operações bilaterais quanto exposições a contrapartes centrais (CCPs), observando o tratamento prudencial específico aplicável a cada tipo de contraparte.

5.4.1 Método de estabelecimento de limites internos

Os limites internos para risco de crédito de contraparte são definidos com base em metodologia própria, que considera, entre outros aspectos:

- a classificação de risco e a capacidade financeira da contraparte;
- o tipo de instrumento financeiro e o perfil de exposição potencial futura;
- a volatilidade dos fatores de risco subjacentes;
- a existência, natureza e qualidade das garantias ou colaterais associados;
- a relevância sistêmica da contraparte, no caso de instituições financeiras e CCPs.

Os limites são aprovados nos fóruns de governança competentes e monitorados continuamente, permitindo o acompanhamento da utilização e a adoção tempestiva de medidas corretivas em caso de aproximação ou extrapolação dos limites estabelecidos.

5.4.2 Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, mitigadores e CVA

A avaliação do risco de crédito de contraparte é realizada de forma periódica e independente, considerando tanto a exposição atual quanto a exposição potencial futura das operações. O processo incorpora a análise das características da contraparte, das condições contratuais e dos instrumentos de mitigação disponíveis.

O Banco Pine utiliza garantias, colaterais e acordos de compensação como principais mecanismos de mitigação do risco de crédito de contraparte, observando critérios de elegibilidade, liquidez, volatilidade e concentração. Quando aplicável, são adotados acordos de margem que contribuem para a redução da exposição líquida ao risco.

No caso das operações com derivativos, o risco de crédito de contraparte é também mensurado por meio do Credit Valuation Adjustment (CVA), que representa o ajuste no valor justo dos instrumentos financeiros em função da possibilidade de inadimplência da contraparte ao longo da vida da operação. O CVA é incorporado às métricas internas de risco e utilizado como insumo para o gerenciamento das exposições, refletindo adequadamente o risco de crédito associado às contrapartes, conforme as políticas internas e a regulamentação vigente.

5.4.3 Exposições a contrapartes centrais (CCPs)

As exposições do Banco Pine a contrapartes centrais (CCPs) são tratadas de acordo com o arcabouço regulatório aplicável, considerando os mecanismos de mitigação de risco proporcionados por essas entidades, tais como compensação centralizada, chamadas de margem inicial e de variação e fundos de garantia.

O Banco monitora continuamente as exposições a CCPs, bem como os requerimentos de margem associados, assegurando que essas exposições permaneçam compatíveis com os limites internos e com o apetite ao risco estabelecido.

5.4.4 Impacto de rebaixamento da classificação de crédito nos colaterais empenhados

O Banco Pine avalia, de forma prospectiva, o impacto potencial de um eventual rebaixamento de sua classificação de crédito sobre o montante de colaterais que poderia ser exigido pelas contrapartes, inclusive CCPs. Essa avaliação considera cláusulas contratuais de rating triggers, chamadas adicionais de margem e outros mecanismos que possam resultar em aumento das exigências de garantias.

Esses impactos são analisados de forma integrada ao gerenciamento de riscos, especialmente em relação ao risco de liquidez, de modo a assegurar que o banco mantenha capacidade adequada para honrar eventuais chamadas adicionais de colateral em cenários adversos, preservando sua solidez financeira e o cumprimento dos requerimentos regulatórios.

5.4.5 Governança e reporte

As políticas, metodologias, métricas — incluindo o CVA — e limites relacionados ao risco de crédito de contraparte são periodicamente revisados e aprovados nos fóruns de governança competentes. Os relatórios gerenciais elaborados permitem o monitoramento contínuo das exposições, do uso de limites e da efetividade dos mitigadores, fornecendo subsídios relevantes para a tomada de decisão da Alta Administração.

6. RISCO OPERACIONAL

6.1. Informações qualitativas sobre o gerenciamento do Risco Operacional (ORA)

Nos termos do art. 32 da Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal (contratos inadequados/deficientes, sanções por descumprimento legal e indenizações a terceiros). Para

classificação e registro dos eventos de perda operacional, o Banco Pine adota as categorias Nível 1 (conforme previsto na Circular BCB nº 3.979/20):

1. Fraudes internas;
2. Fraudes externas;
3. Demandas trabalhistas e segurança do trabalho;
4. Clientes, produtos e práticas de negócio;
5. Danos a ativos físicos;
6. Interrupção das atividades;
7. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de TI;
8. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional no Banco Pine organiza-se em três eixos de trabalho que sustentam a execução diária e a evidência regulatória:

- **RCSA / mapeamento de processos:** identificação e avaliação contínua da exposição ao risco; definição de KRIs e limites compatíveis com a RAS; desenho, teste e melhoria de controles; planos de ação e monitoramento da eficácia/eficiência.
- **Base de perdas:** registro e categorização dos eventos de risco operacional, conforme definições regulatórias e internas; cálculo de valores brutos/recuperados; agrupamento consistente de perdas relacionadas; descrição de causas.
- **Comunicação e capacitação:** disseminação estruturada de políticas, procedimentos e responsabilidades a todos os níveis, com treinamentos recorrentes e publicação frequente de conteúdo educativo.

Esses métodos de trabalho se materializam em atividades realizadas de forma recorrente, garantindo aderência à RAS, melhoria contínua e rastreabilidade das ações:

- Acompanhamento de métricas de eventos de risco operacional, com reportes gerenciais e aderência a limites definidos na RAS;
- Mapeamento e avaliação contínua dos processos internos; revisão de riscos e controles; priorização de planos de ação e tratamento de deficiências;
- Registro de ocorrências na base de perdas e análise de causas, gerando insumos para aperfeiçoamento de processos e controles;
- Mitigação e prevenção, com revisões de políticas/procedimentos e atualização de KRIs quando necessário.

A supervisão e a priorização dessas entregas ocorrem sob a governança estabelecida pelo Conselho de Administração, expressa na Declaração de Appetite a Riscos (RAS) e operacionalizada pelos comitês de Auditoria (Coaud) e de Gestão de Riscos e Capital (CGRC),

em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 quanto a políticas, limites e reporte à Alta Administração.

Para realizar esse trabalho o Pine aplica o Modelo das Três Linhas, em que a gestão se distribui da seguinte forma:

- **1ª Linha — gestão operacional:** são as áreas de negócio e processos, responsáveis pela identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos;
- **2ª Linha — funções de risco, compliance e controles internos:** são as áreas de suporte a operação, responsáveis por definirem as metodologias, limites, apetite a risco (auxiliando o Conselho de Administração), validando controles, monitorando níveis de exposição e reportando à Alta Administração;
- **3ª Linha — Auditoria Interna:** responsáveis por realizar uma avaliação independente sobre controles, governança e risco.

A execução conta com estruturas especializadas que suportam o gerenciamento do risco operacional, incluindo as áreas de prevenção à fraude, segurança da informação, jurídico (trabalhista, cível e tributário), controles internos e compliance, entre outras, atuando de forma coordenada com as três linhas.

6.2. Composição do Indicador de Negócios (OR2)

Tabela OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

Em R\$ mil		a	b	c
BI e componentes		T	T-1	T-2
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	1.532.408	-	-
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	1.689.044	1.885.912	1.582.493
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	2.246.299 -	1.950.358 -	1.571.684
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	25.383.361	21.037.185	19.018.351
1d	Receitas de participações (DI)	54.690	62.770	84.190
2	Componente de serviços (SC)	185.344	-	-
2a	Receita de serviços (FI)	40.461	22.574	38.809
2b	Despesa de serviços (FE)	- 48.742 -	42.661 -	33.325
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	53.837	20.788	33.206
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	- 4.033 -	4.319 -	8.901
3	Componente financeiro (FC)	456.822	-	-
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	- 177.750.583	40.618.090	194.909.165
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	309.479.022	217.989.622	56.193.181
4	Indicador de Negócios (BI)	1.016.106	-	-
5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	121.933	-	-
Divulgação relativa ao BI				
6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-

6.3. Requerimento de capital para o risco operacional (OR3)

Tabela OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

Em R\$ mil

		31/12/2025
1	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	1.532.408
2	Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1.689.044
3	Requerimento de capital para o risco operacional	2.246.299
4	RWAOPAD	1.458.496